

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
AGUIAR & FROTA LTDA**

SAMILA DA SILVA FROTA, brasileiro, solteira, natural de Manaus - AM, nascido em 01/12/1982 portador da cédula de identidade RG nº 75098 SSP/RO, inscrito no CPF sob nº 739.729.08253, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, sito à Rua Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto, CEP 69.905-611, em Rio Branco, Estado do Acre. Empresário, com sede na Rua Dr Pereira Passos nº 283-A, Bairro Seis de Agosto, CEP 69.9901-010, em Rio Branco, Estado do Acre, inscrito na Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC sob **NIRE Nº 12100181945** e no **CNPJ sob nº. 04.758.482/0001-02**, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº. 10.406/2002, com redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar 128/2008, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admitiu o sócio: **ERIK DE AGUIAR FROTA**, brasileira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Manaus - AM, nascido em 21/10/1980, portador da cédula de identidade RG nº 13864050 SSP/AM, inscrito no CPF sob nº 642.973.732-20 residente e domiciliado nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, sito à Rua Cabo Frio nº 62, QD 03 LT 05, Loteamento Ipanema, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

Cláusula Primeira: da denominação – A Sociedade atuará sob razão social: **AGUIAR & FROTA LTDA**, e com título do estabelecimento ou nome fantasia de: **EMOPS**.

Cláusula Segunda: da sede – A Sociedade terá sua sede estabelecida na Rua Dr Pereira Passos nº 283 A, Bairro Seis de Agosto, CEP 69.9901-010, em Rio Branco, Estado do Acre, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer parte do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

Cláusula Terceira: do objeto social – A sociedade terá como objeto a exploração dos seguintes ramos:

Código	Objeto
8122-2/00	- Imunização e Controle de Pragas Urbanas;
9609-2/99	- Outras Atividades de serviços pessoais não especificados anteriormente;
4789-0/99	- Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente;
4530-7/03	- Comercio a Varejo de Peças e acessórios novos para veículos automotores;
4530-7/04	- Comercio a Varejo de Peças e acessórios usados para veículos automotores;
3600-6/02	- Distribuição de agua por caminhões;
4322-3/03	- Instalação de sistemas de prevenção contra incêndio;
3702-9/00	- Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
8121-4/00	- Limpeza em prédios e em domicílios;
7739-0/03	- Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário exceto andaimes;
4642-7/02	- Comercio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
3314-7/10	- Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente;

Cláusula Quarta: do capital social – O Capital Social da empresa será de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e assim subscrito entre os sócios:

Nome	Quotas	Capital	%
Samila da Silva Frota	5.000	R\$ 5.000,00	50
Erik de Aguiar Frota	5.000	R\$ 5.000,00	50
Total	10.000	R\$ 10.000,00	100

Cláusula Quinta: do prazo – As atividades iniciaram em 09 de Janeiro de 2001 e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Sexta: da administração – A sociedade será administrada por ambos os socios, com poderes e atribuições de administrar, e com autorização do uso do nome empresarial isoladamente, podendo também ser administrada por pessoas estranhas ou não sócias, mediante a aprovação da maioria dos mesmos, e em ato separado devidamente registrado no órgão competente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer um dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios.

Cláusula Sétima: do pró labore – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore” observadas às disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Oitava: do exercício financeiro – O exercício financeiro da sociedade será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único: a critério dos sócios e no atendimento dos interesses da sociedade, o total dos lucros poderá ser destinado à formação de reserva de lucros, permanecer em lucros acumulados, divisão entre os sócios ou incorporado ao capital social.

Cláusula Nona: da responsabilidade do sócio – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Décima: da alienação das quotas – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a aquisição de quotas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único – Na hipótese de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, será obrigado a notificar os demais sócios, por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias.

Cláusula Décima Primeira: da alienação de bens patrimoniais e contrato de mútuo – os bens móveis, imóveis e semoventes da empresa somente poderão ser vendidos, alienados ou hipotecados, mediante a assinatura conjunta de todos os sócios. O mesmo procedimento conjunto será obrigatório para as operações de crédito onerosas.

Cláusula Décima Segunda: do falecimento do sócio – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especificamente levantado.

Parágrafo Único – Ocorrendo qualquer das hipóteses indicadas no caput desta cláusula, os haveres do sócio ou sócios que falecer, for declarado interdito, falido, incapaz ou desejar retirar-se da sociedade, serão apurados e pagos a quem de direito, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, em intervalos de 30 (trinta) dias, sem juros.

Cláusula Décima Terceira: dos impedimentos – O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

peculato ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta: da dissolução da sociedade – Dissolvendo-se, por qualquer motivo a sociedade, sua liquidação se fará da forma que for ditada pelo liquidante, que será escolhido em comum acordo pelos cotistas. Ao liquidante estranho aos sócios, será pago pelos sócios ou pelo juiz, uma comissão por limites fixados em lei.

Parágrafo Único: Não havendo consenso na escolha do liquidante, a liquidação dar-se-á mediante processo litigioso, instalado na comarca da sede da sociedade.


Cláusula Décima Quinta: da legislação – o presente instrumento contratual é regido pela Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e demais legislações que não colidirem com o Código Civil em vigor.

Cláusula Décima Sexta: do juízo arbitral - Qualquer conflito decorrente do presente contrato, no que tange a sua execução, ou interpretação, com supedâneo no Art. 4º da Lei nº. 9307/76 será resolvido definitivamente conforme regulamentos de arbitragem da Câmara de mediação e Arbitragem do Acre, segundo o seu Regimento Interno, ou por entidade Institucional Congênere, situada neste Estado ou não, concordando as partes Contratantes especiais e expressamente com os termos desta cláusula Compromissária.

Cláusula Décima Sétima: do foro – Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco - AC, para dirimir qualquer dúvida fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro, por muito especial que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual lido na presença das testemunhas ao fim assinadas, foi achado conforme e o ratificam, aceitam e obrigam-se a bem e finalmente cumpri-lo.

Rio Branco – Acre, 24 de Agosto de 2016.


Erik de Aguiar Frota
Erik de Aguiar Frota
Sócio

Samila da Silva Frota
Samila da Silva Frota
Sócia

Testemunhas:

Zilda Salomão Calgaro
Zilda Salomão Calgaro
RG: 11917443-1 – SSP/AC
CPF: 895.062.609-82

Gabriella Ribeiro da Silva
Gabriella Ribeiro da Silva
RG: 388111 – SP/AC
CPF: 719.379.352-72

4. OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
 AV.D.PEDRO II, 1039,ESQ.CAMPOS SALES
 PORTO VELHO - RO

Reconheço a(s) firma(s) por semelhança
 com valor econômico
 Ide:

1201720173-DE AGUIAR FROTA.....
 1200670663-ANILA DA SILVA FROTA.....
 Em testemunho da verdade,
 PORTO VELHO, 30 de Agosto de 2016.

043-VALNARA RODRIGUES REIS
 ESC. AUTORIZADA

IV.Unid: Emol. R\$ 5,79 Selo R\$ 0,95 FUJU
 IR\$ 1,16 FUNDIMPER: R\$0,43 FUNDEP: R\$0,43
 IFUNDIPE: R\$0,43, TOTAL: R\$ 9,20.
 SELLO DIGITAL DE FISCALIZACAO
 117AFC24030 a AFC24031-2C2C4
 Confirma validade em
 www.biro.jus.br/consultaselo/



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/09/2016 SOB Nº: 12200174622
 Protocolo: 16/012050-0, DE 13/09/2016

AGUIAR & FROTA LTDA

JE Dantas

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
 SECRETARIO-GERAL

